JORNAL MENSAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

AMAGIS

DECISÃO

EDIÇÃO 226 NOVEMBRO 2020

Associação e AMB discutem compensação de acervo

PÁGINA 3

Consultoria sobre nova previdência é ampliada

PÁGINAS 10 E 11

Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
(31) 99881-4367
Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista

Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

Amagis inova e adota gestão itinerante virtual

Para superar as restrições impostas pela pandemia do coronavírus, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, deu início, em outubro, à série de reuniões virtuais com magistrados, do interior e da capital, inaugurando nova etapa na gestão itinerante da Associação. Em âmbito nacional, também se reuniu com o presidente do STF e presidentes de Associações estaduais e da AMB.

PÁGINAS 3 A 7

Centenas de magistrados participaram das reuniões com o presidente da Amagis

+SAÚDE!

PLANO ADERE AO NOVEMBRO AZUL CONTRA O CÂNCER DE PRÓSTATA

PÁGINA 28

OUVIR A MAGISTRATURA É MANTER E FORTALECER A AÇÃO DA AMAGIS

POR ALBERTO DINIZ*

"Se a atualidade pandêmica distancia, a gestão itinerante virtual reaproxima e reforça a integração em defesa dos interesses dos associados"

Seja virtual ou presencial, nossa missão continuará sendo a defesa permanente e a valorização da Magistratura e o aperfeiçoamento do Judiciário. Tem sido assim nestes 65 anos de trajetória associativa da Amagis, celebrados no dia 21 de outubro passado. Com a realidade transformada, e para superar os novos obstáculos, adotamos meios tecnológicos disponíveis e compatíveis com a nossa atuação e compromissos.

Após o intenso trabalho dedicado a essa missão na reforma da previdência, junto à Assembleia Legislativa, abrimos uma série de encontros virtuais para auscultar a Magistratura de todas as regiões de Minas e respectivas comarcas. Se a atualidade pandêmica distancia, a gestão itinerante virtual reaproxima e reforça a integração em defesa dos interesses dos associados.

Além da obrigatória prestação de contas, a oportunidade é especial para conhecer novas demandas da Magistratura e integrá-las à agenda associativa. Por meio de nossas 27 Seccionais, cobriremos todo o Estado, até o final do ano, para dar voz e vez a todos os juízes e juízas em atividade. Ouvimos também os pleitos dos aposentados.

No plano interno, o Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, as contas da Associação, referentes ao exercício do ano passado, junto de auditoria externa. Ambas as aprovações, vêm com o reconhecimento da atuação da diretoria em defesa do patrimônio conquistado.

No plano nacional e estadual, estamos priorizando a implementação da Recomendação 75 do CNJ, o teletrabalho e outras inovações, a Resolução 219 do CNJ, que dispõe sobre cargos em comissão e de funções de confiança, e, especialmente, a regulamentação igualitária para todos os ativos e aposentados.

Na Amagis Saúde, intensificamos o sistema de consulta médica on-line para os associados, inicialmente, em dez especialidades importantes, além da garantia do check-up gratuito. A ideia é evitar a exposição desnecessária ao novo coronavírus com idas a consultórios médicos e hospitais. O sistema serve também para consultas por suspeita de infecção pela Covid-19. Tudo isso faz parte do compromisso de oferecer atendimento de qualidade, com rapidez e conforto.●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE

D!

- Amagis promove reunião sobre compensação com AMB **PÁG 03**
- Centenas de juízes participam de nova interiorização **PÁG 04**
- Associações apresentam demandas ao presidente do STF **PÁG 07**
- Indenização por atuação extraordinária é implementada **PÁG 08**
- Presidente da Amagis debate pleitos dos aposentados **PÁG 08**
- Amagis amplia consultas sobre a nova Previdência **PÁG 10**
- Ex-presidentes destacam a força institucional da Amagis **PÁG 12**
- Comunicação visual aprimora práticas jurídicas **PÁG 14**
- Conselho aprova contas da Amagis por unanimidade **PÁG 17**
- Tornozeleira eletrônica evita dívida em pensão alimentícia **PÁG 19**
- Entrevista: Maurício Ferreira Cunha **PÁG 21**
- Baú de acordes: Memória musical brasileira **PÁG 22**
- Resumos do programas de TV da Amagis **PÁG 23**
- Depoimento especial: direito de libertação **PÁG 24**

+SAÚDE!

- Conheça as funcionalidades do app da Amagis Saúde **PÁG 26**
- Novembro Azul na luta contra o câncer de próstata **PÁG 28**

PRESIDENTE
Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos
Vice-presidente Financeira:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixôto
Vice-presidente de Saúde:
Juíza Rosimere das Graças do Couto
Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas:
Juíza Marli Maria Braga Andrade
Vice-presidente do Interior:
Juiz Paulo Fernando Naves de Resende
Vice-presidente Sociocultural-Esportivo:
Juiz Jorge Paulo dos Santos
Diretora-Secretária:
Juíza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira
Diretor-Subsecretário:
Juiz Evandro Cangussu Melo
Diretora de Comunicação:
Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte · MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo ·
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Bąçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:
Agência Graffo
Diagramação:
Publicare Design
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Amagis promove reunião sobre compensação com AMB

Renata Gil destacou a participação de mais de 500 juízes mineiros

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, promoveu, no dia 19 de outubro, uma reunião virtual com a presidente da AMB, juíza Renata Gil, para discutir a recomendação 75 do CNJ, referente à regulamentação da compensação por assunção de acervo. Também participaram mais de 500 magistrados mineiros de diversas regiões do Estado.

Renata Gil agradeceu ao convite e destacou o diálogo permanente com a Amagis, mantido pelo presidente Alberto Diniz, sempre de maneira aberta e franca. A presidente da AMB observou ainda que aquela foi a reunião virtual com o maior número de magistrados da qual já participou.

A reunião entre o presidente da Amagis, AMB e magistrados foi mais um passo dado pela Associação em direção ao avanço da regulamentação do pagamento da compensação aos magistrados mineiros. Em setembro, Alberto Diniz realizou três reuniões com o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, a quem entregou propostas de minutas para a regulamentação da recomendação. O texto apresentado ao presidente do Tribunal foi feito com a colaboração de aproximadamente 400 juízes e juízas de Minas e encampado pela Amagis.

Magistrados de todo o Estado participaram da reunião entre Amagis e AMB

REUNIÃO SUDESTE

Quatro dia depois dessa reunião com os magistrados mineiros, o presidente Alberto Diniz voltou a se reunir com a presidente Renata Gil, desta vez em São Paulo, na sede da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), na primeira reunião de presidentes de Associações de Magistrados da Região Sudeste, promovida pela AMB.

Entre os temas tratados pelos dirigentes, estavam a implementação da Recomendação 75 do CNJ, teletrabalho, inovação e, especialmente, a regulamentação igualitária para todos os ativos e aposentados de todos os Estados brasileiros nos termos da Resolução do CNJ.

Na avaliação do presidente da Amagis, a reunião foi produtiva, tanto pela importância dos temas debatidos quanto pela possibilidade de alinhar as estratégias de atuação nacionalmente. "Pudemos conversar com os colegas de outros estados sobre diversas questões importantes para a carreira e alinhar estratégias de atuação em âmbito regional e também nacional, sempre com o foco voltado para a defesa da classe e de suas garantias e prerrogativas", afirmou Alberto Diniz.

A presidente da AMB observou que as reuniões regionais contribuem para o avanço da implementação dos direitos conquistados no CNJ em prol de toda a Magistratura, incentivando que cada Estado faça a regulamentação imediata para a consolidação desses direitos. "Nosso trabalho diário é árduo. Lutamos para fortalecer a AMB e engrandecer a Magistratura", disse.

Dirigentes associativos discutem projetos da classe na Apamagis

Centenas de juízes participam de nova interiorização

Amagis supera barreiras com a realização de reuniões remotas

Magistrados da Comarca Juiz de Fora com o presidente Alberto Diniz

Para superar as restrições impostas pela pandemia do coronavírus, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, realizou, em outubro, reuniões remotas com centenas de magistrados mineiros das Seccionais de Poços de Caldas, Juiz de Fora, Teófilo Otoni, Araçuaí, Montes Claros, Divinópolis, Uberlândia e suas respectivas regiões.

Os encontros virtuais têm sido realizados em parceria com os diretores das Seccionais da Amagis no interior de Minas. Ao todo, são 27 seccionais que garantem mais capilaridade à Associação na interlocução com a Magistratura mineira, seja na defesa de suas prerrogativas e acolhimento das reivindicações apresentadas por juízes e juízas de cada região do Estado.

Durante as reuniões, realizadas em uma média de duas por semana, o presidente Alberto Diniz tem ouvido várias propostas para a classe e sobre as necessidades de cada região. Nesse diálogo, o presidente da Amagis também informa aos participantes sobre as tratativas de projetos de lei que interessam à Magistratura em âmbito Estadual e Federal, e gestões junto ao TJMG para a regulamentação de direitos dos associados.

"Como os magistrados e as magistradas, a Amagis também não parou. Estamos presentes em toda a Minas Gerais por meio das Seccionais, que nos auxiliam a estar sempre ao lado dos juízes e juízas em suas Comarcas. O diálogo, que sempre foi aberto e franco com os colegas, está sendo ampliado por meio de ferramentas tecnológicas que nos permitem encontros virtuais com a participação de centenas de juízes", afirmou o presidente Alberto Diniz.

SUL DE MINAS E ZONA DA MATA

A primeira reunião realizada por meio remoto foi com juízes da Seccional de Poços de Caldas (Sul de Minas), no dia 8 de outubro, na qual a Amagis foi representada pelo seu vice-presidente Administrativo, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, uma vez que o presidente Alberto Diniz não pôde participar por problemas pessoais.

Para Rezende e Santos, a iniciativa

Juízes da Seccional de Poços de Caldas com o vice-presidente Luiz Carlos

Magistrados das Seccionais de Teófilo Otoni e Araçuaí durante a reunião virtual

do presidente da Associação de realizar esses encontros virtuais reforça o compromisso da Amagis com os juízes que atuam nas comarcas do interior. Após a reunião com os magistrados da Seccional de Poços de Caldas, Rezende e Santos e Alberto Diniz conversaram sobre as questões levantadas pelos magistrados.

Na avaliação do diretor da Seccional de Poços de Caldas, juiz Carlos Alberto Pereira da Silva, a reunião foi importante para os magistrados todo capital e esse procedimento é muito útil para termos uma qualidade melhor de interação e harmonização", destacou.

No dia 14 de novembro, foi a vez do presidente Alberto Diniz reunir-se com os juízes da Seccional de Juiz de Fora e região da Zona da Mata, dando continuidade à série de encontros com os magistrados do interior. Além de tratar dos projetos de interesse da classe e ações da Amagis em defesa dos direitos, o presidente da

têm aproximado os magistrados do interior da direção da Amagis. O desembargador Alberto traz, assim, o conforto de que a Amagis está presente junto dos magistrados seja no interior, na AMB, com os deputados e na direção do TJMG", disse.

Na avaliação do juiz Marcelo Piragibe, da mesma comarca, a reunião foi importante para atualizar os magistrados sobre os encaminhamentos mais recentes da Associação. "O mo-

> ***"Como os magistrados e as magistradas, a Amagis também não parou. Estamos presentes em toda a Minas Gerais"***
> **Desembargador Alberto Diniz, presidente da Amagis**

marem conhecimento do trabalho realizado em um período tão difícil, principalmente com relação aos assuntos mais sensíveis à classe.

Para a juíza Tereza Conceição Lopes Azevedo, da Comarca de Poços de Caldas, a iniciativa foi excelente, pois possibilitou aos magistrados terem mais detalhes sobre o trabalho da Associação. "Nós, do interior, ficamos muito isolados do que acontece na capital e a Associação falou sobre o trabalho realizado pela Amagis Saúde durante a pandemia do Covid-19.

A diretora da Seccional da Amagis em Juiz de Fora, juíza Ivone Campos Guilarducci, saudou a iniciativa do presidente da Associação e destacou a importância dos temas debatidos, como a nova Previdência estadual e o trabalho silencioso desenvolvido junto ao Tribunal. "Esses encontros virtuais

delo de reunião por videoconferência é inovador e deve ser mais difundido, pois facilita muito a participação de todos", avaliou.

JEQUITINHONHA, MUCURI E NORTE DE MINAS

No dia seguinte ao encontro com os magistrados de Juiz de Fora, 15 de novembro, o presidente Alberto Diniz reuniu-se com os juízes das

Juízes de Montes Claros discutiram com Alberto Diniz questões da região

Magistrados da Seccional de Divinópolis elogiaram a iniciativa da Amagis

Seccionais de Teófilo Otoni e Araçuaí (Vales do Jequitinhonha e do Mucuri). Segundo o juiz Emerson Chaves Motta, diretor da Seccional de Teófilo Otoni, a reunião foi muito produtiva e importante por tratar questões da vida funcional dos magistrados.

Para a juíza Aline Gomes dos Santos, da Comarca de Nanuque, a inciativa aproxima os magistrados do interior mesmo com a necessidade do isolamento social. "Isso engrandece e forma laços conosco. Temos colegas na região que só viemos a conhecer com essa reunião", comentou.

No dia 21 de novembro, foi a vez do presidente Alberto Diniz reunir-se com os juízes da Seccional de Montes Claros (Norte de Minas), que também avaliaram positivamente a reunião virtual, segundo o juiz Marcos Antônio Ferreira, diretor da Seccional de Montes Claros. "Extremamente positiva, todos puderam tirar suas dúvidas e dar suas sugestões para o bom andamento dos trabalhos", destacou.

CENTRO-OESTE E TRIÂNGULO

Em 28 de outubro, o presidente da Associação realizou o encontro virtual com os juízes da Seccional de Divinópolis. De acordo com juiz José Maria dos Reis, diretor da Seccional de Divinópolis, os encontros virtuais com juízes do interior demonstram que o presidente Alberto Diniz está trabalhando para integrar a classe. "É muito importante para nós, juízes do interior, essa aproximação com o presidente da Amagis, nos comunicando de todo o esforço e trabalho que vêm sido desenvolvidos por nossas prerrogativas", comentou.

No dia seguinte, 29 de outubro, o presidente Alberto Diniz encontrou-se com os magistrados da Seccional de Uberlândia (Triângulo Mineiro). O juiz José Roberto Poiani, da Comarca de Uberlândia, considerou o encontro bastante esclarecedor. "O presidente tem sido assertivo, além de nos ter dado a liberdade de falar e esclarecer nossos pleitos junto ao TJMG. Essa é a Amagis que queremos ver. Atuante em prol das defesas e prerrogativas dos magistrados, principalmente, os do interior", comentou.

Na avaliação do juiz Cesar Aparecido de Oliveira, diretor da Seccional de Uberlândia, a iniciativa consolida o compromisso da gestão com a interiorização. "Demonstra uma preocupação da Presidência da Amagis em informar e esclarecer os magistrados a respeito das conquistas e dificuldades da classe", afirmou.

Para este mês, o presidente Alberto Diniz deverá manter a rotina de reuniões virtuais com os magistrados e magistradas do interior.

> ***"O modelo de reunião por videoconferência é inovador e deve ser mais difundido, pois facilita muito a participação de todos"***
> Juiz Marcelo Piragibe

Juízes da Seccional de Uberlândia consideraram a reunião esclarecedora

Associações apresentam demandas ao presidente do STF

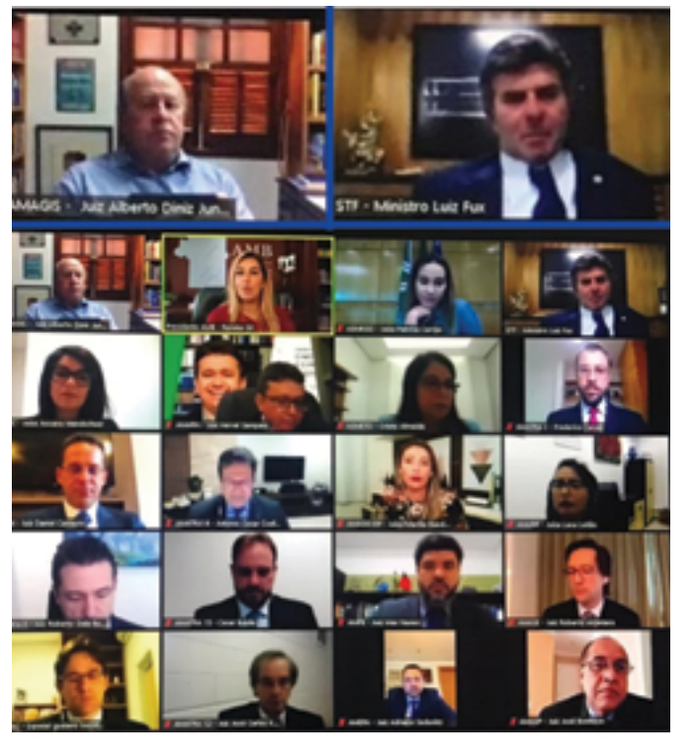
Valorização da Magistratura é um dos eixos da gestão de Fux

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou, no dia 27 outubro, da reunião entre os representantes de Associações estaduais de magistrados e o ministro Luiz Fux, presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), promovida pela AMB.

Na avaliação do presidente da Amagis, a reunião foi muito positiva e evidenciou a disposição do presidente do Supremo em manter o diálogo com toda a Magistratura. "Essa iniciativa democratiza o relacionamento entre as instâncias, demonstra que os magistrados brasileiros estão cada vez mais alinhados na defesa de suas prerrogativas e na busca por uma sociedade mais justa. A união da classe resulta em um Judiciário mais forte", afirmou Alberto Diniz.

Durante a reunião, o ministro Fux demonstrou-se sensível às reivindicações apresentadas pelos dirigentes associativos. "Conheço as dificuldades da Magistratura e acho importante que os magistrados lutem para melhorá-la. Tenho dito que nós vamos conquistar o respeito que os tribunais merecem, que o STF merece, por meio de atitudes exemplares", disse o presidente do STF ao se manifestar contrário a retrocessos. Afirmou que "não aceitará nenhuma perda de direitos para os magistrados".

Foram debatidos temas como eleições diretas para os tribunais, a Resolução 219 do CNJ, que dispõe sobre cargos em comissão e de funções de confiança, e o pedido da AMB para que 1/3 das vagas do STF sejam ocupadas por magistrados de carreira.



Dirigentes apresentaram reivindicações da classe

Indenização por atuação extraordinária é implementada

Amagis disponibilizou modelo de requerimento do benefício

O TJMG implementou a indenização de dias de compensação para magistrados oriundos de designação para atuação extraordinária em plantão, em turma recursal e em direção de Foro, aprovada pelo Órgão Especial no dia 14 de outubro. O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou da sessão.

A implantação do benefício foi objeto de conversas entre o presidente do Tribunal, desembargador Gilson Soares Lemes, e o presidente Alberto Diniz. A Amagis disponibilizou formulário para solicitação da indenização disponível no site da Associação, pelo link https://bit.ly/31uJP4x.

A compensação será paga na hipótese de indeferimento do gozo no interesse da administração, desde que existam previsão orçamentária e disponibilidade financeira por parte do Tribunal.

O requerimento deve ser enviado exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) do Tribunal. Aqueles que já fizeram a solicitação via SEI não precisam enviar novo requerimento. Os magistrados não precisarão informar, no requerimento, o número de dias que dispõe para compensação, pois o saldo de dias úteis a compensar, até a véspera da Resolução 935/20, foi disponibilizado pela Gerência da Magistratura do TJ.

IZABELA MACHADO

Alberto Diniz durante sessão do Órgão Especial

Presidente da Amagis debate pleitos dos aposentados

Direitos e reivindicações foram discutidos em reunião virtual

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, promoveu, no dia 26 de outubro, reunião com os magistrados aposentados para conversar sobre projetos de interesse deles debatidos com os três Poderes, seja em âmbito nacional ou estadual.

Na avaliação da vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Associação, juíza Marli Maria Braga Andrade, a reunião foi muito positiva, pois o presidente da Associação esclareceu algumas dúvidas e atualizou a todos sobre os pleitos dos aposentados. Para a magistrada, eles, de certa forma, ficam afastados de algumas questões referentes ao TJMG, com as de natureza remuneratória. "A interlocução realizada com o presidente da Associação nos dá informações seguras sobre encaminhamento de pleitos e é sempre bem-vinda e necessária", comentou.

Aposentados destacaram importância do encontro

Para o juiz aposentado Murilo de Sá Júnior, o presidente Alberto Diniz tem se empenhado em atender às demandas da classe, e a reunião possibilitou o diálogo sobre esses pleitos. "Sou muito grato ao presidente da nossa Associação pelo empenho e dedicação às nossas causas perante ao Tribunal", afirmou.

MONTEROSSO
RESIDENCIAL

4 QUARTOS 140m² Carmo-Sion

Espaço Gourmet

Registro de Incorporação: 80037 - Cartório do 2º ofício de registro de imóveis.

MORE PRÓXIMO DO TRABALHO

- a 700m da OAB
- a 1,2km do Tribunal de Justiça
- a 3km da Assembleia Legislativa
- a 3,5km do Fórum Lafayette
- Próximo de vários cartórios

ÚLTIMA UNIDADE

Rua Campanha, 128 - Carmo-Sion

PRONTO PARA MORAR

ÁREA DE LAZER

- **L´OSTERIA** - Espaço Gastronômico
  Para comer, para celebrar, para receber amigos
- **IL SALONE** - Salão de festas
  Para seus melhores momentos
- **L´UFFICIO** - Escritório
  Preparado para o seu novo estilo de trabalho
- **L´AREA FITNESS** - Academia
  O movimento na medida para o corpo
- **IL CAMPO SPORTIVO** - Quadra recreativa
  Esporte para todas as idades
- **LA TERRAZZA** - Terraço
  O prazer de contemplar
- **I BAMBINI** - Playground
  Concepção lúdica e temática
- **L´ACQUA** - Piscina
  Com raia, prainha e piscina infantil
- **PARCHEGGIO PER BICICLETTE** - Bicicletário
  A liberdade do deslocamento contemporâneo

Agende uma visita e tenha atendimento personalizado

☎ (31) 4009.7000 (31) 99803-1281

CAPARAÓ
DESDE 1957

Amagis amplia consultas sobre a nova Previdência

Medida foi adotada pela alta procura dos magistrados pelo serviço

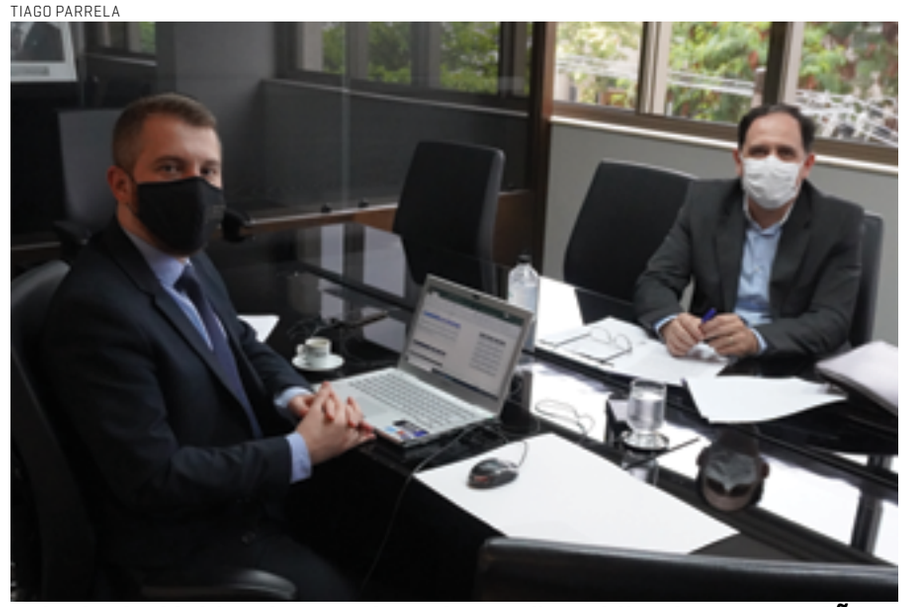
Com a alta procura e repercussão positiva entre os associados, a Amagis decidiu ampliar o número de consultas jurídicas com o escritório de advocacia Brito Campos, sobre as mudanças trazidas com a nova Previdência estadual.

As consultas podem ser feitas presencialmente, na sede da Associação, ou por meio remoto, facilitando o acesso dos magistrados residentes no interior ao serviço. Esse é o caso do juiz Cláudio Alves de Souza, da Comarca de Governador Valadares, que considerou a consulta muito esclarecedora e ressaltou que o advogado consultor demonstrou domínio da matéria. "Fiquei satisfeito. Parabenizo a Associação", disse Souza ao comentar que ainda elogiou a consultoria no grupo de juízes da Comarca.

As reuniões remotas com o advogado não são restritas aos que atuam no interior do Estado. A juíza Eveline Mendonça Félix, da Comarca de Belo Horizonte, disse que o especialista consegue orientar e compreende cada situação de maneira bem particularizada. "Comentei sobre esse trabalho com colegas de outros Estados que aprovaram e pensam em implementar a iniciativa da Amagis", afirmou.

O juiz Sérgio Sanches Ambrogi optou pelo atendimento presencial na sede da Amagis e afirmou que, levando em consideração as alterações na Previdência estadual, a iniciativa da Associação foi muito importante. "É fundamental essa assessoria. Ficamos até um pouco perdidos (com a Reforma da Previdência) em saber quais são nossos direitos previdenciários", avaliou.

TIAGO PARRELA



Principais dúvidas dos magistrados serão publicadas no DECISÃO

Os magistrados interessados em agendar uma reunião com o advogado devem ligara para o número (31) 3079-3499 e solicitar a inclusão do seu nome na lista de espera. As consultas têm a duração de até 30 minutos. Para a prestação do serviço, o escritório Brito Campos solicita que os documentos referentes à aposentadoria sejam enviados antecipadamente, principalmente a certidão de tempo de serviço a ser fornecida pela Diretoria de Pessoal do TJMG.

Com essas informações, será feita uma análise prévia da situação de cada magistrado, o que também garante mais agilidade no atendimento. Os documentos devem ser enviados para o e-mail anderson@amagis.com.br. Eventuais procedimentos administrativos ou processos judiciais referentes à Previdência deverão ser contratados diretamente com o escritório de advocacia.

A fim de orientar os magistrados sobre mudanças na Previdência estadual, a Associação publicou um manual com casos concretos que exemplificam as alterações na lei. *Saiba mais na página 9.*

Manual da Amagis a magistrados sobre a nova Previdência estadual

Conheça as regras para àqueles que têm direito adquirido

APOSENTADORIA POR IDADE

REQUISITOS
- 65 anos de idade para homem e 60 anos de idade para mulher
- Mínimo de 10 anos de serviço público
- Mínimo de 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria

FORMA DE CÁLCULO
- Média aritmética de 80% das maiores contribuições desde julho de 1994 até a data de sua aposentadoria
- Pagamento proporcional: a cada ano trabalhado, o servidor fará jus a 1/30, se mulher, ou 1/35, se homem, do valor apurado
- O reajuste de seu benefício será na forma da lei

APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

REQUISITOS
- 60 anos de idade para homem e 55 anos de idade para mulher
- 35 anos de contribuição para o homem e 30 anos de contribuição para mulher
- Mínimo de 10 anos de serviço público
- Mínimo de 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria

FORMA DE CÁLCULO
- Média aritmética de 80% das maiores contribuições desde julho de 1994 até a data de sua aposentadoria
- Pagamento integral do valor apurado, salvo limite do teto constitucional
- Reajuste na forma da lei

REGRA DE TRANSIÇÃO DE APOSENTADORIA – ART. 6º DA EC Nº 41/03

REQUISITO PRÉVIO
- Apenas para os servidores que ingressaram no serviço público até 31 de dezembro de 2003

REQUISITOS
- 60 anos de idade para homem e 55 anos de idade para mulher
- 35 anos de tempo de contribuição para o homem e 30 anos para mulher
- 20 anos de serviço público
- Mínimo de 10 anos na carreira
- Mínimo de 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria

FORMA DE CÁLCULO
- Direito ao recebimento da última remuneração (100%)
- Reajuste vinculado ao cargo efetivo que ensejou sua aposentadoria (juntamente com os servidores ativos)

REGRA DE TRANSIÇÃO DE APOSENTADORIA – ART. 3º DA EC Nº 47/05

REQUISITO PRÉVIO
- Apenas para os servidores que ingressaram até 16 de dezembro de 1998

REQUISITOS
- 60 anos de idade para homem e 55 anos de idade para mulher
- 35 anos de tempo de contribuição para o homem e 30 anos para mulher
- 25 anos de serviço público
- Mínimo de 15 anos na carreira
- Mínimo de 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria
- Redutor de idade: se o servidor ultrapassar o mínimo de tempo de contribuição exigido, para cada ano trabalhado acima do exigido poderá reduzir um ano na idade obrigatória

FORMA DE CÁLCULO
- Direito ao recebimento da última remuneração (100%)
- Reajuste vinculado ao cargo efetivo que ensejou sua aposentadoria (juntamente com os servidores ativos)

FONTE: MANUAL DA NOVA PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS/AMAGIS E AMMP, DISPONÍVEL EM: **https://bit.ly/3jPMpYV**

Amagis obtém vitória no STF em favor da família de magistrados

Recurso garantiu a casais de juízes atuarem na mesma Comarca

A Amagis obteve importante vitória no Supremo Tribunal Federal por meio de sua atuação jurídica em defesa dos magistrados. Foi publicada, no dia 3 de novembro, decisão do STF dando provimento ao Recurso Extraordinário interposto pela Amagis contra decisão que não permitia que magistrados(as) cônjuges ou companheiros(as) de outros(as) magistrados(as), promotores(as) ou servidores(as) atuassem na mesma comarca.

O recurso da Amagis foi relatado pelo ministro Edson Fachin, que, reformando o acórdão do TJMG, julgou "procedente o pedido de inconstitucionalidade do art. 108 da Lei Complementar Estadual 59/2001, alterado pelo art. 22 da Lei Complementar Estadual 105/2008, nos termos do art. 932,V, a, do CPC, c/c o art. 21, §2º, do RI/STF".

O Recurso Extraordinário interposto pela Amagis teve fundamento no artigo 102, III, a, do permissivo constitucional, apontando ofensa ao art. 226 da Constituição da República.

A Associação alegou que a ofensa ao artigo 226 da Constituição da República era flagrante e que não havia como prosperar, pois o direito de proteção à família é um direito fundamental, que jamais poderia ser desconsiderado e ofendido pelo legislador mineiro.

A Amagis apurou que existem muitas comarcas mineiras, com mais de uma vara, onde a família formada por casal de juízes, ou juiz e promotor de justiça, poderiam coabitar, viver juntos e trabalhar sem ofender qualquer regra da lei processual, bastando alocar cada um deles em uma vara.

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

Decisão do STF preservou os princípios da impessoalidade e igualdade

No mesmo sentido, foi o fundamento da decisão do Recurso Extraordinário, asseverando que não se pode admitir válido o argumento de que a restrição advinda do artigo 108 da LC 59/2001 estaria harmonizada com o interesse público, uma vez que não pode haver um interesse público em ver famílias divididas, morando em residências distintas, como grave situação de prejuízo no convívio familiar.

Reconhecendo que a regra instituída pelo art. 22 da Lei Complementar nº 105/2008 obsta a coabitação entre casais de magistrados, que não exerçam sua função judicante na capital, ainda que a comarca possua diversas varas, colidindo frontalmente com o princípio da proteção à família, previsto no art. 221 da Carta Estadual, e no art. 226 da Constituição da República e, discorrendo acerca da vulneração ao princípio da igualdade, a decisão do STF entendeu que o legislador atuou com o escopo de beneficiar pessoas determinadas, violando os princípios da impessoalidade e da igualdade, pois se divorciou do interesse público.

Leiloeiros devidamente cadastrados
no sistema AJG
Resolução 882/2018 artigo 18
(indicação direta)

jonasleiloeiro.com.br

fernandoleiloeiro.com.br

lucasleiloeiro.com.br

REALIZE LEILÃO COM QUEM É ESPECIALISTA

- Referência na realização de leilão judicial
- Atuação em Recuperação Judicial e Falência
- Confecção e publicação do edital
- Vistoria e registro fotográfico
- Amplo Marketing Digital
- Atuação nos estados MG, SP, RJ, ES e GO
- Site com mais de 70 mil acessos
- Moderna plataforma

Contrate nossos serviços

www.mgl.com.br | 37 3242-2218
37 99827-5613
leiloesmg@leiloesmg.com.br

Nossas especializações:

Administração Judicial/Falência

Inventariante Judicial

Avaliação de Imóveis

Depositário de Bens

Atuando em diversas cidade de
Minas Gerais e São Paulo

GRUPO CRÉDITO

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 9 9947-7742 fernando@grupocredito.com.br

Comunicação visual aprimora práticas jurídicas

POR IZABELA MACHADO

A transformação tecnológica da prestação jurisdicional, principalmente em tempos de pandemia, tem levado Tribunais e os próprios magistrados a investirem em ferramentas que geram mais eficiência e menos burocracia ao simplificarem a comunicação com o jurisdicionado. A linguagem rebuscada, com o uso de termos jurídicos de difícil compreensão para quem não é da área do Direito, é vista por boa parte da sociedade como um entrave na aproximação entre o cidadão e a Justiça.

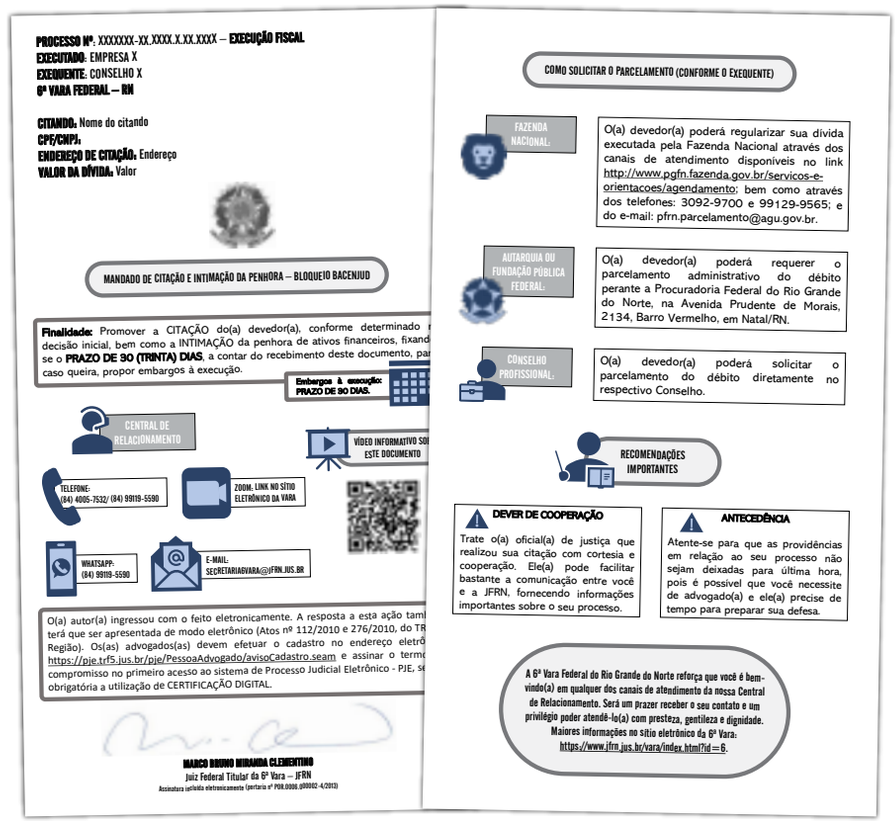
Mas será que o famoso 'juridiquês' está com os dias contados? Se depender do juiz Marco Bruno Miranda Clementino, titular da 6ª Vara Federal da Justiça Federal do Rio Grande do Norte (JFRN), sim.

O magistrado é adepto do emprego do Visual Law em processos judiciais. Essa metodologia une técnica jurídica, tecnologia e design para simplificar a linguagem por meio de elementos visuais como pictogramas, ícones, vídeos, infográficos e fluxogramas e permite a conversão de documentos jurídicos, de qualquer natureza, em linguagem visual simplificada.

Em vez de termos em latim e textos longos, os documentos assinados pelo juiz Marco Bruno têm, no máximo, duas páginas e são acompanhados de imagens que facilitam a compreensão por quem os lê. "Não defendo o abandono da terminologia jurídica, mas sim que a Justiça tente se comunicar com mais fluidez. Portanto, busquei novas ferramentas tecnológicas, como o Visual Law, que colocam o cidadão no centro das atenções. Com o foco nele, os vários atores do Sistema de Justiça dialogam com mais facilidade para simplificar o acesso da sociedade à Justiça", afirmou o juiz federal Marco Bruno Clementino.

MODELO DE INTIMAÇÃO

O magistrado desenvolveu um modelo de mandado de citação e intimação de penhora seguindo esses preceitos.



Mandado de citação e intimação da penhora – Bloqueio Bacenjud

Para isso, contou com a colaboração de dois estagiários da vara que cursavam Direito e possuíam também conhecimento na área do design. O modelo demorou um mês e meio para ser feito. Nesse caminho, o juiz criou até um dicionário de pictogramas jurídicos, de acordo com ele, uma espécie de outro idioma mais acessível. "Uma pessoa que entende melhor um documento está mais propícia a cumprir a determinação que está ali, pois percebe que seu direito também está sendo levado em consideração", afirmou Marco Bruno.

O mandado de citação e intimação de penhora contém pictogramas, ícones, telefones para contato, QR Code e link para um vídeo em que o próprio juiz explica, em uma mensagem clara e descomplicada, o conteúdo do mandado judicial ao cidadão que deixou de cumprir suas obrigações fiscais, por exemplo. Para processos complexos, o juiz desenvolveu fluxogramas com pictogramas para todos compreenderem corretamente o fluxo processual.

Além disso, criou um tutorial para as partes solucionarem qualquer dúvida na hora de acessar as audiências virtuais. Nesse caso, as ferramentas do aplicativo Zoom são adaptadas à linguagem jurídica. Assim, por exemplo, a ferramenta de 'erguer a mão' na audiência é interpretada como 'pela ordem' na linguagem jurídica.

"No design, você precisa trabalhar com empatia e mapear as dúvidas que o receptor da informação poderá ter. As pessoas ficam estimuladas a colaborar com o juízo quando são tratadas dessa maneira", disse Marco Bruno.

CONSTRUÇÃO COLETIVA

Aprimorar a comunicação com a sociedade, criando um diálogo mais

amigável e colaborativo, não é um caminho fácil para todos e exige um esforço coletivo. Recentemente, Marco Bruno realizou na 6ª Vara Federal da JFRN uma oficina sobre leilão com servidores, leiloeiros e advogados.

Com uma diversidade de participantes e a colaboração mútua, foi possível desenvolver um fluxo de trabalho com o passo a passo para alienação de bens e, posteriormente, uma ordem de serviço. De acordo com o magistrado, nas oficinas, como há muita gente pensando ao mesmo tempo sobre um assunto, surgem ideias "fascinantes" que levam a um melhor resultado.

Para Marco Bruno, o juiz precisa fazer um trabalho democrático, pois o design é colaborativo. "Todo magistrado tem sua equipe, e as equipes têm talentos. Falta ao juiz, muitas vezes, a capacidade de utilizar esses talentos. Ficamos tão imersos na burocracia que não vemos o potencial de nossos servidores. Por isso, sempre digo aos meus colegas: 'Acredite na interdisciplinaridade e ouça seus colaboradores. Invista no potencial da experimentação. Tente fazer'", afirmou.

SLACK

Com a ampla oferta de cursos na área de tecnologia, como os promovidos pelas Escolas Judiciais, e de tutoriais disponíveis na internet, magistrados têm, cada vez mais, buscado o conhecimento necessário para a adoção de novas práticas que facilitem sua rotina de trabalho.

O juiz Luís Henrique Guimarães de Oliveira, da Comarca mineira de Barão da Cocais, é um deles. O magistrado percebeu que a pandemia do novo coronavírus reforçou a necessidade de redesenho da forma como o Poder Judiciário mineiro se relacionada interna e externamente com as pessoas. Para isso, tem feito uso de ferramentas que proporcionam uma melhor experiência a ele, aos servidores da comarca e, principalmente, ao jurisdicionado.

No trabalho, o juiz utiliza o Slack, um aplicativo para comunicação de equipes com suporte a canais, conversas privadas e integração com serviços externos. Segundo ele, o WhatsApp, apesar de muito popular, não se mostrou adequado para as comunicações internas entre os servidores, devido a algumas limitações de funcionalidades.

O Slack, por outro lado, deu profissionalismo à forma como se comunicam, além de permitir a integração com outros aplicativos que têm auxiliado na gestão da Comarca, como o Google Agenda, no qual fica a pauta de audiências e reuniões, e com o Cisco Webex Meetings, plataforma adotada pelo TJMG para realização de audiências. "Essa integração tornou muito tranquilo o nosso fluxo de trabalho. Outra preocupação que tive foi em relação à eventual sucessão na gestão da Vara. Caso eu venha a ser sucedido, o acesso à plataforma poderá ser passado para o novo juiz e ele continuará com tudo que desenvolvemos normalmente", explicou Luís Henrique Oliveira.

TRELLO

Outra ferramenta adotada pelo magistrado na Comarca de Barão de Cocais é o Trello, que também possui integração com o Slack e é ideal para o gerenciamento de projetos de acordo com as necessidades do usuário.

Por meio da plataforma, Luís Henrique Oliveira, seu assessor e os demais membros da equipe passaram a interagir com maior fluidez durante a confecção das minutas de despachos, decisões e sentenças.

Por ela, foi possível definir prazos, acompanhar o status das atividades e a execução em tempo real, permitindo controle de meios e de resultados em relação às tarefas de cada colaborador. Além de monitorar o cumprimento dos prazos para desenvolvimento de cada tarefa, o que é importante, sobretudo, nas questões urgentes como casos envolvendo réus presos, saúde e infância, com o Trello a equipe do magistrado passou a interagir com mais qualidade em projetos complexos, como no desenvolvimento de atos jurisdicionais em ações coletivas.

Como a ferramenta é utilizada por toda a equipe e não apenas pelo juiz, é permitido que os responsáveis pelo processo tenham acesso a informações importantes que antes eram passadas de "boca a boca" ou em reuniões. "Agora, simplesmente colocamos o apontamento no Trello e todos os envolvidos podem ver, manifestar e agir daquela forma, o que ajuda no alinhamento de posturas e na uniformização. Tudo isso permite mais transparência, celeridade e acesso do cidadão ao Poder Judiciário, diminuindo a visão de burocratização do órgão", destacou Luís Henrique Oliveira.

"Uma pessoa que entende melhor um documento está mais propícia a cumprir a determinação que está ali, pois percebe que seu direito também está sendo levado em consideração"

Juiz Marco Bruno

"Caso eu venha a ser sucedido, o acesso à plataforma poderá ser passado para o novo juiz e ele continuará com tudo que desenvolvemos normalmente"

Juiz Luís Henrique Oliveira

Ex-presidentes destacam a força institucional da Amagis

Diálogo com os Poderes foi construído historicamente

AMAGIS

Sede da Amagis em Belo Horizonte é palco de reuniões e debates com representantes dos três Poderes

Por ocasião dos 65 anos da Amagis, o programa Pensamento Jurídico realizou uma edição especial com os desembargadores Reynaldo Ximenes, Nelson Missias de Morais, Bruno Terra e Maurício Soares, ex-presidentes da Associação, que foram unânimes em destacar a importância institucional da entidade na defesa dos interesses da classe junto aos três Poderes, como na recente tramitação da reforma da Previdência de Minas Gerais.

Na edição seguinte, o entrevistado do Pensamento Jurídico foi o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz. De acordo ele, o período no qual atuou como superintendente de Assuntos Legislativo do TJMG, nas gestões do saudoso desembargador Herbert Carneiro e do desembargador Nelson Missias de Morais, contribuiu para que ele criasse afinidade como o Legislativo mineiro. "Com muita luta, diálogo e, acima de tudo, sabendo ouvir, conseguimos que a previdência do Estado de Minas se tornasse uma das três melhores reformas do País", disse Alberto Diniz ao comentar o trabalho feito para reduzir os danos na reforma da previdência estadual.

Passado o período mais intenso da reforma da Previdência, o presidente Alberto Diniz tem reforçado o diálogo com os magistrados do interior *(sabia mais nas páginas, 4, 5 e 6)* e mantido a interlocução do TJMG em favor da classe, como nos debates sobre a Regulamentação 75 do CNJ *(leia mais na página 3)*. "A Associação continua seu trabalho silencioso, mas produtivo junto à Presidência do Tribunal para implementar os auxílios possíveis de serem conquistados, como a atual recomendação 75 do CNJ", afirmou o presidente da Amagis.

Esse trabalho dedicado e silencioso foi um dos pontos destacado pelo desembargador Nelson Missias de Morais, ex-presidente da Amagis de 2007 a 2009 e ex-presidente do TJMG (2018/2020), com relação à gestão do presidente Alberto Diniz. "Com seu estilo mineiro de trabalhar, em silêncio, Alberto foi absolutamente eficaz nas medidas que levou ao Tribunal durante minha gestão", comentou. Para Nelson Missas, o trabalho do atual presidente da Associação na reforma da Previdência Estadual foi exitoso, pois a proposta inicial do Governo de Minas era extremamente prejudicial para a classe.

Segundo o desembargador Maurício Soares, que presidiu a Associação de 2016 a 2018, os ajustes ficais feitos pelos governos, seja no âmbito Federal ou Estadual, são hoje um grande desafio para a classe. O magistrado falou sobre a tramitação da reforma da Previdência no governo Michel Temer, e observou que é importantíssimo saber evitar perdas e minimizá-las. "É muito importante que, nesse momento, possamos apoiar e lutar ao lado do desembargador Alberto Diniz. Quero parabenizá-lo pelo brilhante trabalho que tem feito na atual gestão", afirmou.

Para o desembargador Bruno Terra, que presidiu a Amagis de 2010 a 2012, ao consolidar sua força institucional na relação com os três Poderes, a Associação definiu, ao longo dos anos, um perfil de gestão e gestor. "A temperança é a qualidade fundamental. Nesse sentido, no instante em que conseguimos ter modelo de gestão e de gestor, a Amagis fortaleceu sua interlocução com o Legislativo, o Executivo e outros setores da sociedade", avaliou.

Na avaliação do desembargador Reynaldo Ximenes, presidente da Amagis de 1990 a 1991, o diálogo com o parlamento é realmente muito importante. Para ele, a partir dessa convivência mútua com o três Poderes, o diálogo da Associação, especialmente com o Tribunal, passou a fluir naturalmente. "A Amagis está cada vez mais fortalecida, sobretudo agora na Presidência do desembargador Alberto Diniz", afirmou.

"A Associação continua seu trabalho silencioso, mas produtivo junto à Presidência do Tribunal para implementar os auxílios possíveis de serem conquistados"
Desembargador Alberto Diniz, presidente da Amagis

"A Amagis está cada vez mais fortalecida, sobretudo agora na Presidência do desembargador Alberto Diniz"
Desembargador Reynaldo Ximenes, ex-presidente da Amagis (1990-1991)

CECÍLIA PEDERZOLI/TJMG

"Com seu estilo mineiro de trabalhar, em silêncio, Alberto foi absolutamente eficaz nas medidas que levou ao Tribunal durante minha gestão"
Desembargador Nelson Missias, ex-presidente da Amagis (2007-2009)

"A temperança é a qualidade fundamental. Nesse sentido, no instante em que conseguimos ter modelo de gestão e de gestor, a Amagis fortaleceu sua interlocução com o Legislativo"
Desembargador Bruno Terra, ex-presidente da Amagis (2010-2019)

"É muito importante que, nesse momento, possamos apoiar e lutar ao lado do desembargador Alberto Diniz. Quero parabenizá-lo pelo brilhante trabalho que tem feito na atual gestão"
Desembargador Maurício Soares, ex-presidente da Amagis (2016-2019)

Conselho aprova contas da Amagis por unanimidade

Demonstrativos foram auditados pela Dhisa Valor Contábil

O Conselho Deliberativo da Amagis aprovou, por unanimidade, as contas da Associação referentes ao exercício fiscal de 2019, em reunião virtual realizada no dia 27 de outubro. As contas foram auditadas pela Dhisa Valor Contábil.

Ao abrir a reunião, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, observou que a reunião estava prevista para ser realizada no primeiro semestre deste ano, mas que precisou ser adiada em função da pandemia do novo coronavírus. Além dos conselheiros, diretores da Associação também participaram do encontro virtual.

Na avaliação do presidente do Conselho Deliberativo, desembargador Antônio Armando dos Anjos, a reunião foi bastante positiva e a participação expressiva de membros da diretoria da Associação e do conselho foi muito importante. "O resultado final, com a aprovação unânime das contas, nada mais é que o reconhecimento do excelente trabalho que a atual diretoria vem desempenhando à frente da nossa Amagis", afirmou.

Conselheiros ressaltaram a transparência da gestão

Tornozeleira eletrônica evita dívida em pensão alimentícia

Juiz tomou decisão para combater a inadimplência na pandemia

CNJ

Medida foi adotada pela aplicação analógica do inciso IV do artigo 146-B da Lei de Execução Penal

A partir de uma situação inusitada, que se tornou mais comum com a pandemia do coronavírus, o juiz Marcos Antônio Ferreira, titular da 2ª Vara de Família da Comarca de Montes Claros (Norte de Minas), decidiu determinar o uso de tornozeleiras eletrônicas para devedores de pensão alimentícia, que em função do artigo 15 da Lei 14.010, de 2020, passaram a cumprir prisão exclusivamente domiciliar quando não cumpre suas obrigações.

O mais curioso, de acordo com o magistrado é que, antes mesmo da existência do Covid-19, um devedor de alimentos, com a prisão civil havia sido decretada, pediu para dar início ao cumprimento da medida em recolhimento domiciliar. "Ele queria receber um benefício, ficar em casa e dela sair quando quisesse, e nunca mais pagar aquela pensão alimentícia atrasada, porque ele não tinha lastro patrimonial para garantir a execução", comentou o juiz Marcos Antônio.

Com o aumento de pedidos de prisão domiciliar durante a pandemia, e com possibilidade de devedores tentarem se beneficiar da medida, o juiz Marcos Antônio tem determinado o uso da tornozeleira eletrônica nesses casos desde agosto deste ano. Ao todo, o magistrado tomou aproximadamente 150 decisões pelo monitoramento eletrônico. "O resultado foi alentador, pois voltamos aos mesmos baixos índices de inadimplência dos devedores de pensão alimentícia que tínhamos no período anterior à pandemia", comentou Marcos Antônio sobre a eficácia da medida.

> ***"Voltamos aos mesmos baixos índices de inadimplência dos devedores de pensão alimentícia que tínhamos no período anterior à pandemia"***

Para adotar essa medida o magistrado optou pela aplicação analógica do inciso IV do artigo 146-B da Lei de Execução Penal *(veja no infográfico abaixo)*. De acordo com o juiz Marcos Antônio, a falta de fiscalização é o motivo pelo qual os devedores de pensão alimentícia vêm tentando beneficiar-se da prisão domiciliar, de acordo com a previsão do artigo 15 da Lei 14.010, de 2020.

De acordo com o magistrado, com a determinação do monitoramento por tornozeleira eletrônica, os devedores entenderam que não adiantaria postergar o pagamento da pensão alimentícia, como muitos fizeram inicialmente, senão acabariam por cumprir a medida restritiva de liberdade, quase da mesma forma que originalmente prevista no Código de Processo Civil.

Aplicação analógica do inciso IV do artigo 146-B da Lei de Execução Penal

O inciso IV do artigo 146-B da Lei de Execução Penal determina que "O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando: IV - determinar a prisão domiciliar" e dos artigos 317 do CPP, que dispõe "A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial" e do artigo 319 do CPP, que trata das medidas cautelares diversas da prisão: "Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão: IX - monitoração eletrônica."

Consulta médica pela internet

A Amagis Saúde disponibilizou uma plataforma de consultas com médicos por meio da internet. Estão disponíveis diversas especialidades.

Cardiologia, Clínica Geral, Dermatologia, Endocrinologia, Ginecologia e Obstetrícia, Neurologia Adulto, Neurologia Pediátrica, Ortopedia e Pediatria*.

Todas as especialidades estão aptas a atender casos suspeitos de covid-19.

Acesse amagissaude.com.br e marque sua consulta

*A lista de especialidades pode ser modificada sem aviso prévio.

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

AMAGIS Saúde

ANS - nº 41669-0

Maurício Ferreira Cunha

ARQUIVO PESSOAL

Desde o início da pandemia, a Magistratura mineira tem se empenhado para garantir o funcionamento da Justiça no Estado. No entanto, a parcela mais vulnerável da população pode não conseguir ter acesso ao Judiciário. De acordo com o Juiz Maurício Ferreira da Cunha, do Juizado Especial da Comarca de Poços de Caldas (Sul de Minas), a restrição à internet, por exemplo, pode ser um dos fatores que limitariam o alcance ao Judiciário.

Quais as consequências da pandemia para os jurisdicionados?
Desde de março deste ano, quando foi reconhecido o estado de calamidade pública, estamos vivendo um momento excepcional, diferente da normalidade com a qual estávamos acostumados. Obviamente, essa situação teve uma série de consequências. Foram feitas, por exemplo, alterações na Lei 9.099, de 1995, regulamentando as audiências de conciliação nos Juizados Especiais. Nós, do Judiciário, fomos sensivelmente afetados pelas mudanças como todos os jurisdicionados. Os magistrados mineiros estamos produzindo muito, mas essa situação acaba afetando mais as pessoas vulneráveis.

Como essa dificuldade de acesso à Justiça pelas pessoas vulneráveis pode ser observado na prática?
No entorno da Comarca de Poços de Caldas (Sul de Minas), há muitas pessoas residindo na zona rural. Essa parte da população recorre bastante ao Poder Judiciário. Para essas pessoas, que não possuem ou não têm o hábito de manusear um notebook ou um smartphone, as audiências virtuais não se constituem como uma solução interessante. Esse fator dificulta o acesso delas ao Judiciário.

Como o senhor avalia essa dificuldade de acesso à Justiça?
Estamos falando de uma garantia constitucional do cidadão, o amplo acesso à Justiça. Entre outras garantias, o amplo acesso à Justiça preconiza a duração razoável do processo. Como consigo conjugar o amplo acesso com duração razoável, direito ao contraditório e ampla defesa se há vulnerabilidade por parte da população? Nós, dos Juizados Especiais, temos uma grande preocupação com as pessoas nessa situação, pois lidamos muito com elas.

O trabalho remoto pode ser uma solução para esse problema?
Desde o início do trabalho remoto, estamos produzindo muito. Comparado ao ano passado, o número de processos movimentados em Minas Gerais foi três vezes maior. Entretanto, considero que ainda precisamos do contato visual, presencial. O corpo fala e nós temos meios que nos permitem identificar quando uma testemunha ou parte segue por uma ou outra direção. Minha expectativa é que possamos encontrar um mecanismo próximo dessa realidade, de ter essa proximidade.

Quais lições podem ser tiradas da pandemia?
Primeiro de mais empatia e respeito ao nosso semelhante. Do ponto de vista profissional, estaremos mais preparados para esse tipo de situação. É comum ouvirmos que as audiências virtuais vieram para ficar, que devem se tornar uma prática definitiva. No entanto, antes da pandemia já realizávamos audiências virtuais, obviamente em menor escala. Para nos adaptarmos a essa nova realidade, estamos experimentando, agora, práticas que seriam adotadas provavelmente em dez anos. De toda forma, é preciso ter claro que algumas situações, como as relacionadas à família precisam da proximidade, do contato presencial.

Como o senhor avalia a atuação do Judiciário na pandemia?
Estamos tentando minimizar os problemas decorrentes desse estado pandêmico. Acredito que estamos conseguindo, pois há um esforço de todos os magistrados mineiros para que possamos ter o menor prejuízo possível aos jurisdicionados. Sabemos que eles são os mais afetados com toda essa crise.

> ***"Para nos adaptarmos a essa nova realidade, estamos experimentando, agora, práticas que seriam adotadas provavelmente em dez anos"***

BAÚ DE ACORDES

Memória musical brasileira

Tiago Parrela - *Um dos maiores pesquisadores da música brasileira, o musicólogo, jornalista e escritor Zuza Homem de Mello faleceu dia 4 de outubro, aos 87 anos. O legado de seu trabalho é de fundamental importância para a popularização da música brasileira no país e no exterior.*

Ele foi responsável por produzir programas da música brasileira em rádio e na imprensa, além de discos, shows e entrevistas com artistas, e publicações sobre a história da música nacional. Seu último trabalho foi a biografia sobre João Gilberto, preservando a memória musical do país de alguém que esteve presente e participou de diversos movimentos e acontecimentos musicais.

Uma de suas obras, "A canção no Tempo – Vol. 1", Zuza Homem de Mello registrou a história da música popular brasileira na 1ª metade do século XX, trazendo análise através das canções de maior sucesso. E sobre os compositores Ernesto Nazareth, Chiquinha Gonzaga, Pixinguinha, Ary Barroso, Lamartine Babo, Ataulfo Alves, Noel Rosa, Dorival Caymmi, Francisco Alves e Carmen Miranda, Dolores Duran, Luiz Bonfá e Tom Jobim, além de tantos outros.

O Vol. 2 dessa mesma obra registra as composições a partir da bossa nova (1958 até 1985), apresentando ainda o Tropicalismo, o surgimento de Jorge Ben, Raul Seixas, Tim Maia e Novos Baianos, além de trazer o redescobrimento de velhos sambistas, como Cartola e Nelson Cavaquinho.

Na "Era dos Festivais", conta a história e bastidores dos principais festivais (1960 e 1972), que revelaram artistas como Elis Regina, Nara Leão, Caetano, Gil, Chico Buarque, entre tantos outros.

Em "Música com Z", o jornalista reuniu 140 textos, escolhidos e organizados pelo autor, trazendo panorama da música brasileira e do mundo. O livro leva o leitor dos palcos aos bastidores e estúdios, através da experiência e vivência do escritor.●

AGENDA CULTURAL

SÉRIES DE SUSPENSE

● **BOM DIA, VERÔNICA**
Uma policial investiga um predador sexual e acaba descobrindo um casal com um segredo horrível e um esquema de corrupção sinistro.
Classificação: 16 anos
Temporada: 1
Estrelando: Tainá Müller, Eduardo Moscovis e Camila Morgado
Criação: Raphael Montes
Plataforma: Netflix

● **RATCHED**
Em 1947, Mildred Ratched começa a trabalhar como enfermeira em um hospital psiquiátrico, mas por trás da aparência impecável, cresce uma alma sombria.
Classificação: 16 anos
Temporada: 1
Estrelando: Sarah Paulson, Finn Wittrock e Judy Davis
Criação: Evan Romansky
Plataforma: Netflix

● **A MALDIÇÃO DA MANSÃO BLY**
Morrer não quer dizer partir. Uma babá adentra um mundo de segredos sinistros neste romance gótico do criador de "A Maldição da Residência Hill".
Classificação: 16 anos
Temporada: 1
Estrelando: Victoria Pedretti, Oliver Jackson-Cohen e Henry Thomas
Criação: Mike Flanagan
Plataforma: Netflix

● **ALGUÉM TEM QUE MORRER**
Na conservadora Espanha dos anos 50, a suposta relação entre um jovem e um bailarino mexicano gera uma grande comoção com consequências devastadoras.
Classificação: 16 anos
Temporada: 1
Estrelando: Carmen Maura, Cecilia Suárez e Ester Expósito
Criação: Manolo Caro
Plataforma: Netflix

SÉRIES EDUCATIVAS

● **MISTER MAKER**
Mister Maker combina ação, imagens e animações para ensinar as crianças a fazer projetos incríveis de uma forma inovadora.
Classificação: Livre
Temporada: 1
Estrelando: Phil Gallagher
Plataforma: Netflix

● **PERGUNTE AOS STORYBOTS**
Cinco criaturinhas curiosas procuram as respostas para as maiores perguntas da garotada, como "por que o dia vira noite?" ou "por que eu tenho que escovar os dentes?".
Classificação: Livre
Temporada: 3
Estrelando: Judy Greer, Erin Fitzgerald e Fred Tatasciore
Criação: Evan Spiridellis e Gregg Spiridellis
Plataforma: Netflix

● **CANÇÕES DE APRENDIZAGEM DO LITTLE BABY BUM**
Músicas simples e animações coloridas ensinam as crianças sobre animais, veículos, números, cores e muito mais.
Classificação: Livre
Temporada: 1
Estrelando: Chloe Marsden, Aaron Marsden e María Esnoz
Plataforma: Netflix

● **DORA, A AVENTUREIRA**
Se você precisar consertar um robô, encontrar o seu caminho em um labirinto de milho ou visitar o Papai Noel no Polo Norte, Dora e seus amigos lhe mostrarão como fazer.
Classificação: Livre
Temporada: 2
Estrelando: Kathleen Herles, Harrison Chad e Marc Weiner
Criação: Chris Gifford, Valerie Walsh e Eric Weiner
Plataforma: Netflix

PENSAMENTO **JURÍDICO**

Ex-presidentes da Amagis
Em uma edição especial sobre os 65 anos da Amagis, o Pensamento Jurídico conversa com quatro ex-presidentes: os desembargadores Reynaldo Ximenes, Nelson Missias de Morais, Bruno Terra e Maurício Soares. Qual a importância do fortalecimento e autonomia do Judiciário? Qual foi seu papel na redemocratização do país, especialmente nos rumos da atual Constituição Brasileira? (Foto)

Eleições municipais 2020
A juíza Fabiana da Cunha Pasqua, diretora do Foro Eleitoral de Belo Horizonte e titular da 7ª Vara de Família da capital, informa ao público a importância de se ter consciência na escolha do candidato e de seguir as orientações de segurança no dia das eleições. O que fazer para levar o eleitor até as urnas sem medo de se contagiar? Isso pode aumentar a abstenção? Veja!

Guarda compartilhada na pandemia
Em tempos de pandemia, a guarda dos filhos pode gerar problemas e até riscos não só à própria criança e adolescente, como também a idosos. Como têm agido as varas de família? E como fica a pensão alimentícia para quem perdeu o emprego ou teve redução de salários? Nosso convidado é o juiz Marcos Antônio Ferreira, titular da 2ª Vara de Família da Comarca de Montes Claros.

65 anos da Amagis
O Pensamento Jurídico recebe o desembargador Alberto Diniz, presidente da Amagis, para falar sobre os 65 anos, o segredo da longevidade da Associação e os desafios à frente de uma das maiores Associações de classe do Brasil. A Associação dos Magistrados Mineiros completa 65 anos de uma trajetória dedicada à defesa dos magistrados e ao aperfeiçoamento do Judiciário.

Assista ao Pensamento Jurídico no Canal da Amagis no YouTube e nas redes sociais e site da Associação

VIA **JUSTIÇA**

Projeto Empodere
O Projeto Empodere foi criado na Comarca de Guanhães e busca desenvolver a autoestima e independência da mulher vítima de violência doméstica e em situação de vulnerabilidade social. Convidados para participar do programa a juíza Aline Damasceno, da 2ª Vara Criminal de Guanhães e idealizadora do projeto, e Lidiane Anício, assistente social judicial. Como surgiu esse projeto? (Foto)

Lei de proteção a cães e gatos
O Via Justiça desta semana discute o aumento da violência contra animais durante a pandemia e a nova lei que aumenta pena para quem maltratar cães e gatos. Nossos convidados são o desembargador Rogério Medeiros, da 13ª Câmara Cível do TJMG, e a delegada Carolina Bechelany, da Delegacia Especializada em investigação de crimes contra a fauna. Foi uma mudança acertada?

75 anos da ONU
No programa Via Justiça, discutimos sobre os 75 anos de criação da Organização das Nações Unidas e a evolução do direito internacional neste período. Qual é o balanço destes 75 anos da ONU? Convidamos para participar o desembargador Bruno Terra Dias, da 6ª Câmara Criminal do TJMG, e o presidente do Centro de Direito Internacional, Cedin, Leonardo Nemer Caldeira Brant.

Nova lei de trânsito
A reforma do Código de Trânsito Brasileiro é tema do Via Justiça. O presidente da República sancionou as mudanças no CTB aprovada pelo Congresso Nacional. Nossos convidados irão analisar as alterações. A nova lei aprovada é adequada? Houve debate suficiente para se chegar ao que foi aprovado? A simplificação em alguns pontos traz riscos para motoristas e o tráfego? Veja!

TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)

www.youtube.com/amagismg/videos

DEPOIMENTO ESPECIAL: DIREITO DE LIBERTAÇÃO

A arte de 'Saber Ouvir', por meio do indispensável depoimento especial, resguarda direitos

MARIXA FABIANE LOPES RODRIGUES*

Criança é criança,
Adolescente é adolescente e
Adulto é adulto....
No entanto, por centenas de anos e até os dias de hoje, nossas crianças e adolescentes são submetidos a prestarem depoimentos e a falarem dos crimes dos quais foram vítimas ou dos crimes violentos que testemunharam, como se adultos fossem, sem qualquer preocupação com os impactos que reviver essas experiências negativas e, muitas vezes, traumatizantes, possam lhes causar.

Todavia, com o advento da Lei 13.431/2017, passou a ser obrigatória a observância da coleta dos relatos de crianças e adolescentes através do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense. Tal documento foi adaptado para o Brasil através de uma parceria entre a Childhood Brasil, o CNJ e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), utilizando o protocolo de Entrevista Forense da National Children's Advocacy Center (NCAC), do Alabama, Estados Unidos.

Para a efetiva implementação da escuta humanizada, é necessária a criação de salas de depoimento especial, que devem constituir-se de um ambiente acolhedor, no qual estarão presentes apenas a criança ou adolescente e a técnica, preferencialmente psicóloga ou assistente social, que tenham recebido o necessário treinamento na aplicação do protocolo.

A entrevista é gravada e transmitida para a sala de audiências, mas, em tempos de pandemia, é transmitida para o escritório da defesa ou instalações do Ministério Público, de onde é acompanhada em tempo real.

Todos os Tribunais do país vêm se preparando para cumprir com o seu dever de acolhimento e atendimento humanizado nos nossos menores, através da implementação de salas de depoimento especial já existentes em 19 unidades da federação. Minas Gerais não é diferente e, desde 2018, o egrégio TJMG vem proporcionando a capacitação de seus técnicos (as), juízes (as), para a tomada do Depoimento Especial e hoje já existem 101 salas implementadas em comarcas de todo o estado.

Estamos, pois, em franca corrida contra o tempo, para que todas as comarcas disponham de salas apropriadas para a tão comemorada aplicação do novel protocolo. Contra o tempo, porque este não para e as crianças e adolescentes que foram vítimas de crimes sexuais estão crescendo e querem mais é esquecer qualquer tipo de experiência traumatizante. O tempo é, sem dúvidas, um destruidor de memórias. A clarividência dos dados que poderão ser extraídos do depoimento são inversamente proporcionais ao tempo transcorrido, de modo que, quanto mais rápida for a oitiva, mais esses dados estarão protegidos e mais rápido a vítima se verá livre do fantasma de ter que contar o que lhe aconteceu para adultos desconhecidos.

A dor das crianças e adolescentes muitas vezes, são externadas em cada oitiva pela ansiedade, choros, soluços e nervosismo. Após concluído o relato livre e superados os esclarecimentos, cujas perguntas devem ser apresentadas pelas partes em bloco, sobrevêm novos sentimentos. Ao final de cada depoimento, é gratificante ver essa alteração de emoções, que passam da dor e sofrimento para a perceptível sensação de alívio e libertação externados pelas vítimas. O que, para elas, inicialmente seria um tormentoso desafio de reviver uma violação sofrida, transmuda-se em um verdadeiro processo terapêutico, no qual são cientificadas que foi fechado o ciclo, que sua oitiva foi gravada e que elas não mais precisarão recontar aquela história.

E nesse caminhar, o Judiciário segue incansável, fechando ciclos, proporcionando o resguardo de direitos e a libertação, através da arte de 'Saber Ouvir', por meio do indispensável Depoimento Especial.●

[*] Juíza da vara especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente

> ***"O TEMPO É, SEM DÚVIDAS, UM DESTRUIDOR DE MEMÓRIAS. A CLARIVIDÊNCIA DOS DADOS QUE PODERÃO SER EXTRAÍDOS DO DEPOIMENTO SÃO INVERSAMENTE PROPORCIONAIS AO TEMPO TRANSCORRIDO, DE MODO QUE, QUANTO MAIS RÁPIDA FOR A OITIVA, MAIS ESSES DADOS ESTARÃO PROTEGIDOS E MAIS RÁPIDO A VÍTIMA SE VERÁ LIVRE DO FANTASMA DE TER QUE CONTAR O QUE LHE ACONTECEU PARA ADULTOS DESCONHECIDOS"***

> ***"NESSE CAMINHAR, O JUDICIÁRIO SEGUE INCANSÁVEL, FECHANDO CICLOS, PROPORCIONANDO O RESGUARDO DE DIREITOS E A LIBERTAÇÃO, ATRAVÉS DA ARTE DE 'SABER OUVIR', POR MEIO DO INDISPENSÁVEL DEPOIMENTO ESPECIAL"***

Amagis Saúde

98,9% de aprovação

Pesquisa de satisfação realizada pelo Instituto Ibero Brasileiro de Relacionamento com o Cliente (IBRC) comprovou que 98,9% dos beneficiários aprovam o plano de saúde da Amagis, considerando-o bom ou muito bom.

Trabalho e dedicação em prol dos associados e suas famílias

A pesquisa completa está disponível no site: **www.amagissaude.com.br**

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

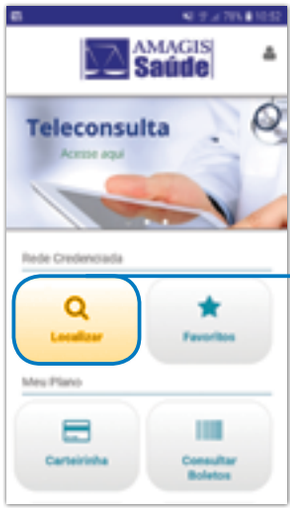
AMAGIS Saúde

ANS - nº 41669-0

Conheça as funcionalidades do *app* da Amagis Saúde

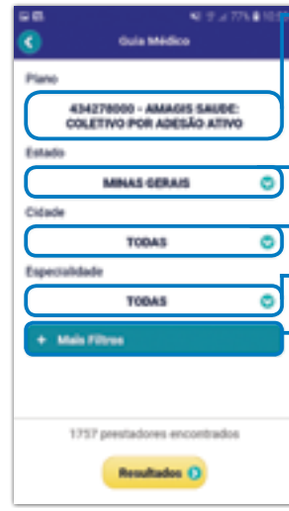
Aplicativo pode ser baixado na Google Play ou na AppStore

TELA INICIAL



- Localize os médicos, clínicas, hospitais e laboratórios na nossa rede de atendimento. Faça buscas nas cidades com cobertura para listar todos os prestadores ou especifique uma especialidade.

GUIA MÉDICO

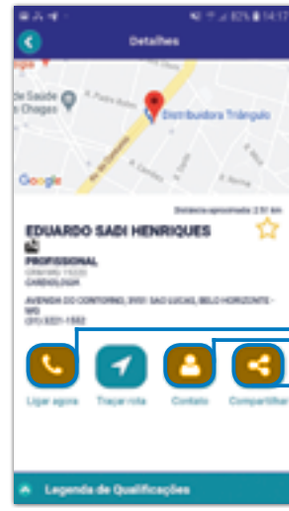


- Selecione a modalidade do seu plano
- Indique o estado e a cidade na qual a consulta será feita
- Escolha a especialidade
- Selecione esse campo para definir mais especificidades do prestador de serviço procurado

RESULTADOS

- Inclua o prestador em sua lista de favoritos
- Visualize o endereço e acione um aplicativo de GPS instalado no seu celular para fazer o trajeto até ele

DETALHES



- Inicie uma chamada telefônica;
- Adicione o prestador de serviços em sua agenda de contatos
- Compartilhe as informações do contato utilizando o Gmail, Facebook, WhatsApp e outros aplicativos

+SAÚDE!
SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

PRESIDENTE
Desembargador Alberto Diniz Junior

Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte · MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

DIRETORIA DA AMAGIS SAÚDE:
Vice-presidente de Saúde
Juíza Rosimere das Graças do Couto
Diretor de Saúde
Desembargador Edison Feital Leite
Diretora Financeira
Juíza Flávia Birchal

Conselho Gestor:
Segunda Instância
Geraldo Domingos Coelho
Marco Aurélio Ferenzini

Suplentes
Valéria da Silva Rodrigues Queiroz
Edison Feital Leite
Juízes da Capital
Flávia Birchal de Moura
Kenea Marcia Damato de Moura Gomes
Suplentes
Clayton Rosa de Resende
Guilherme Azeredo Passos
Juízes do Interior
Dalton Soares Negrão
Fábio Torres de Sousa

Suplentes
Marcos Alberto Ferreira
Marcelo Carlos Cândido
Aposentados
Ana Maria de Oliveira Froes
José Maria dos Reis
Suplentes
José Nicolau Masseli
Paulo Mendes Álvares
Ouvidora da Amagis Saúde
Juíza Kenea Márcia Damato de Moura Gomes

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo · Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
Georgia Baçvaroff - Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico: Agência Graffo
Diagramação:
Publicare Design
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Uso da máscara exige cuidados com a pele

Equipamento é indispensável para o combate ao coronavírus

Rosimere Couto

Ana Paula Caixeta

Paula Cunha e Silva

Como parte das ações da Campanha Outubro Rosa, que alerta para a importância da prevenção do câncer de mama, a Amagis Saúde distribuiu máscaras de proteção ao contágio pelo coronavírus para as magistradas mineiras.

Equipamento de proteção individual indispensável no combate à Covid-19, o uso da máscara requer alguns cuidados conforme alerta a dermatologista Natália Resende, que atende na Clínica Life Laser, credenciada à Amagis Saúde.

De acordo com a especialista, o uso contínuo da máscara aumenta o calor localizado no rosto e, consequentemente, a oleosidade da pele. Além disso, o atrito contínuo da máscara com o rosto pode, com o tempo, causar alguma inflamação na pele. No entanto, Natália reforçou que, durante a pandemia, o equipamento é indispensável no combate ao coronavírus e fez algumas recomendações sobre os cuidados que devem ser tomados.

Segundo a dermatologista, aqueles que usam máscaras durante todo o dia devem variar os modelos e tecidos do equipamento, evitando assim pressão da máscara nos mesmos locais do rosto, impedindo o surgimento de traumas que podem gerar feridas e cicatrizes. A especialista também recomendou o uso de alguns curativos nas regiões que tenham sofrido algum trauma.

A dermatologista também orientou que se deve dar preferência a máscaras com tecidos mais leves, como algodão, seda ou cirúrgicos e que o equipamento deve ser trocado mais de uma vez e lavado ao final do dia. A profissional observou ainda que, mesmo com a máscara, o uso do filtro solar deve ser feito normalmente, pois o dispositivo não impede totalmente a incidência dos raios solares sobre o rosto.

No caso de pessoas que tenham predisposição para alguma doença de pele, como dermatite seborreica, rosácea e acne, e também para aqueles que fazem o uso continuo da máscara, a consulta com um especialista é importante, pois assim será possível receber orientações e um tratamento individualizado, de acordo com as característica de cada indivíduo.●

DICAS AMAGIS SAÚDE

OSTEOARTROSE – TRATAMENTO POR INFILTRAÇÃO OU PUNÇÃO INTRA-ARTICULAR

O tratamento da osteoartrose, doença articular, é um dos procedimentos que precisam de autorização prévia dos planos de saúde, conforme as diretrizes de utilização da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Saiba mais nas dicas abaixo.

O que é osteoartrose?

Doença articular de origem multifatorial que causa degeneração da cartilagem articular, afetando todos os componentes da articulação.

Como é o tratamento?

É multidisciplinar e tem como objetivo a melhora funcional, mecânica e clínica. Entre as opções terapêuticas não cirúrgicas existentes, destacamos a infiltração ou punção intra-articular, realizada com corticoides ou ácido hialurônico.

Precisa de autorização prévia?

Sim. Para poder realizar o procedimento, o beneficiário do plano deve enviar solicitação médica contendo justificativa e especificação da substância que será ministrada no paciente. Também é preciso encaminhar os laudos dos exames de imagem, que serão avaliados pela auditoria médica da Amagis Saúde.

Como solicitar o pedido de autorização prévia?

O pedido deverá ser feito pelos e-mails autorizacao@amagis.com.br, pedido@amagis.com.br ou por meio do fax (31) 3223-3683.●

AMAGIS Saúde

+SAÚDE!

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

PLANTÃO TELEFÔNICO
(31) 3079-3478
FINAIS DE SEMANA E FERIADOS
(31) 9 9977-2860

Notícias da Amagis pelo
Whatsapp ou Telegram
(31) 99881-4367

Novembro Azul na luta contra o câncer de próstata

Campanha alerta para a prevenção contra aumento da doença

MARIJANA1/PIXABAY

Em favor da prevenção ao câncer de próstata, a Amagis Saúde renova seu apoio à campanha Novembro Azul a exemplo do que faz todo ano. Para incentivar o cuidado à saúde, o plano isentará, neste mês, os magistrados e beneficiários que realizarem o exame de PSA (Antígeno Prostático Específico, da sigla em inglês) da taxa de coparticipação de 25%, cobrado sobre o valor desse serviço.

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca), a estimativa é de que no Brasil sejam registrados 65.840 novos casos de câncer de próstata para cada ano do triênio 2020-2022, totalizando 197.520 ocorrências da doença no País nesse período. O Instituto afirma ainda que, desconsiderando os tumores de pele não melanoma, o câncer de proposta é o de maior incidência em todas as regiões do Brasil.

O tratamento do câncer de próstata depende do estágio da doença. Em sua fase inicial, quando está localizada, ela pode ser tratada com cirurgia, radioterapia e, até mesmo, observação vigilante. Quando está localmente avançado, geralmente, os cuidados adotados são a radioterapia ou cirurgia combinados com tratamento hormonal. Nos casos de metástase, o procedimento mais comum é o tratamento hormonal.

Para evitar a evolução da enfermidade e tornar o tratamento mais simples e eficaz, a realização periódica de exames é considerada pelos especialistas a medida mais eficaz. Entretanto, o preconceito ao toque retal – exame que permite ao médico perceber se há tecidos endurecidos ou nódulos na próstata – impede, por muitas vezes, um diagnóstico mais preciso da doença.

O fato de o câncer de próstata ser uma doença "silenciosa", na sua fase inicial, torna a realização de exames periódicos mais importante. Entre os sintomas da doença, estão a dificuldade de urinar ou necessidade de urinar com mais frequência, dor óssea, infecção generalizada e insuficiência renal.

Entre os fatores de risco mais comuns do câncer de próstata, estão a idade, pois a incidência da doença e a mortalidade aumentam após os 50 anos, e genéticos relacionados também a hábitos alimentares e estilo de vida, além do excesso de gordura corporal.

+SAÚDE!

"Utilizo o plano mais para fazer exames de rotina. Quando precisei fazer um diagnóstico de um hemagioma simples, no fígado, tive todo apoio da Amagis Saúde. Em algumas empresas é difícil resolver as coisas por telefone, mas na Amagis Saúde é o contrário. Quando preciso da autorização de um exame, os colaboradores resolvem tudo imediatamente"

Juíza Soraya Brasileiro

ARQUIVO PESSOAL

ANS Nº 41669-0